

AFRANIO MARCILIANO AZEVEDO * ALANIR CARDOSO * ALDO SILVA ARANTES * ALÍPIO CRISTIANO DE FREITAS * AMARO ALEXANDRINO DA ROCHA * AMÉRICA ANA MARIA SANTOS ROCHA * ANA WILMA OLIVEIRA MORAES * ANGELA TELMA OLIVEIRA LUCENA * ANTONIA MARA VIEIRA LOGUERCI * ANTONIO CARLOS APOITIA NETTO * ANTONIO RIBEIRO PENNA * APARECIDA ALVES DOS SANTOS * APOLÔNIO DE CARVALHO * ARI CÂNDIDO FERNANDES * ARMANDO BORGES BEATRIZ ARRUDA * BELARMINO BARBOSA SIQUEIRA * BENITO PEREIRA DAMASCENO * BERGSON GURJÃO FARIAS * BOLÍVAR NASCIMENTO PRESTES * CARLOS EUGÊNIO SARMENTO COELHO DA PAZ * CARLOS GUILHERME DE M. PENAFIEL * CARLOS LAMARCA * CARLOS LICHTISZTEJN * CECÍLIA VIEIRA FERNANDES * CHARF * CLEY DE BARROS LOYOLA * CRISTINA MARIA BUARQUE * DANIEL AARÃO REIS FILHO * DARCI GIL DE OLIVEIRA BOSCHIERO * DARCY RODRIGUES DENISE OLIVEIRA LUCENA * DENIZE FONTELLA GOULART * DENIZE PERES CRISPIM * DEUSDANTE FERREIRA DE FREITAS * DIMAS FLORIANI * DINALVA OLIVEIRA DE ALMEIDA MARTINS * EDSON MENEZES DA SILVA * EDUARDA CRISPIM LEITE * EDUARDO DIAS CAMPOS SOBRINHO * ELIA MENEZES ROLA * ELIANA BEZERRA CAMARGO * ELISEU GABRIEL DE PIERI * ELIZABETH TEIXEIRA * ELZA MONNERAT * EMÍLIO RUBENS CHASSEREUX * EPAMINONDAS JACOME RODRIGUES * EUGÊNIO RÍVO VIEIRA * FÉLIX AUGUSTO DE ATHAYDE * FLÁVIO KOUTZII * FRANCISCO DE ASSIS LEMOS * FRANCISCO DERLI * FRANCISCO MARTINELLI * FRANCISCO FREDERICK BIRTEN MORRIS * FREI FERNANDO * FREI JOÃO * GEORGE DE BARROS CABRAL * GERMANA CORREA LIMA * GILDO SCALCO * GILNEY ALMEIDA * HAYYA MAGYTI * HAMILTON PEREIRA DA SILVA * HELDER SUAREZ BEDENDO * HENRIQUE MATOS SIPAHI * HONESTINO GUIMARÃES * HORÁCIO MARTINS DE OLIVEIRA * IGOR GRABOIS OLÍMPIO * ILTO VIEIRA * INÁ MEIRELES DE SOUZA * INES SOMMER * IVAN DE SOUZA ALVES * IVAN SEIXAS * IZABEL MARQUES * JACQUES MARC VON DER WEID * JEOVÁ FERREIRA * JESUS PAREDES SOTO * JOÃO AMAZONAS * JOÃO ARTHUR VIEIRA * JOÃO BATISTA FRANCO * JOÃO CARLOS ALMEIDA GRABOIS * JOÃO CHILE * JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA * JOÃO VICENTE FONTELLA GOULART * JOELSON CRISPIM * JOILSON JORGE SALDANHA DE ARAUJO * JOSAIL GABRIEL DE SALES * JOSÉ CALISTRATO CARDOSO FILHO * JOSÉ CARLOS NOVAIS DA MATTA MACHADO * JOSÉ CELSO MARTINEZ * JOSÉ DALTRIO DA SILVA * JOSÉ MACHADO * JOSÉ MACHADO DE SOUZA * JOSÉ ROGÉRIO LICKS * JOSÉ SERRA * JOSÉ TADEU CARNEIRO CUNHA * JOSÉ VELOSO * JÚLIO PRATA * JURACI MENDES DE OLIVEIRA * JURANDI LORRINO LAURINDO MARTINS JUNQUEIRA FILHO * LENIRA MARIA DE CARVALHO * LEONEL BRIZOLA * LETA VIEIRA DE SOUZA * LINCOLN RAMOS VIANA * LUIS CARLOS FELIPE RATTON MASCARENHAS * LUIZ GONZAGA TRAVASSOS DA ROSA * MAGNÓLIA DE FIGUEIREDO CAVALCANTI * MANOEL CYRILLO DE OLIVEIRA NETTO * MARCELO * MARCOS JOSÉ BURLE DE AGUIAR * MARIA ALICE ALBUQUERQUE SABOYA * MARIA DALCE RICAS * MARIA DAS DORES DA SILVA * MARIA DE FÁTIMA MENDES SOCORRO DE MAGALHÃES * MARIA EMÍLIA LISBOA PACHECO * MARIA FAUSTINO DE ALMEIDA AMARAL * MARIA IGNES DA COSTA D. E. BASTOS * MARIA LUIZ FIGUEIREDO * MARIA TERESA GOULART * MARIJANE VIEIRA LISBOA * MARILJA DE CARVALHO GUIMARÃES * MARINA VIEIRA * MARIO COVAS * MÁRIO MARISTELA VILLAR * MAURICE POLITI * MIGUEL ARRAES * MIGUEL DARCY DE OLIVEIRA * MIGUEL PRESSBURGER * NANCY MANGABEIRA UNGER * NARCIS NAZAREH ANTONIA OLIVEIRA * NELSON CORDEIRO * NELSON REMY GILLET * NELSON RODRIGUES * NESTOR PEREIRA DA MOTA * NILMÁRIO DE MIRANDA * NIVALDO

revista
anistia
política e justiça de transição

APRESENTAÇÃO Paulo Abrão **ENTREVISTAS** Wolfgang Kaleck * Sabine Michalowski
ARTIGOS ACADÊMICOS Jesus-María Silva Sánchez * Emilio Peluso Neder Meyer * Rebecca J. Atencio * Hugo Rojas Corral * Maurício Palma **DOSSIÊ: COOPERAÇÃO ECONÔMICA COM A DITADURA BRASILEIRA** Juan Pablo Bohoslavsky & Marcelo D. Torelly * Dustin Sharp * Leigh Payne * Nelson Camilo Sánchez * Luiz Carlos Bresser-Pereira * Lúcia de Fátima Guerra Ferreira * Inês Virginia Prado Soares & Viviane Fecher * Alejandra Estevez & San Romanelli Assumpção * Maria Lygia Koike * Rodrigo Medina Zagni & João Pedro Fontes Zagni **ESPECIAL** Trilhas da Anistia: Memória Feita de Aço **DOCUMENTOS** Informe sobre Cumplicidade Empresarial e Responsabilidade Legal (Comissão Internacional de Juristas), Volumes 1, 2 & 3 ISSN 2175-5329 N° 10 Julho/Dezembro 2013

JOFFILY * ORLANDO MARETI SOBRINHO * OSCAVU JOSÉ COELHO * PAULO FRATESCHI * PAULO FREIRE * PAULO SARACENI * PAULO WRIGHT * PEDRO DE OLIVEIRA CIPRIANO * PETER JOHN MCCARTHY * RAUL JORGE ANGLADA PONT * REGENIS BADING PROCHMANN * RENATA FERRAZ GUERRA DE ANDRADE * REYNOLDO ROBERTO FARIA MENDES * ROGÉRIO LUSTOSA * RÔMULO DANIEL BARRETO DE FARIAS * ROSE MARIE MURARO * ROSEMARY NOGUEIRA * RUY FRASÃO SOARES MONTARROYOS * SÉRGIO DE MAGALHÃES GOMES JAGUARIBE * SILVIA LÚCIA VIANA MONTARROYOS * SINVAL DE ITACARAMBI LEÃO * SOLANGE LOURENÇO COSTA * ULYSSES DE MENEZES FREITAS * VICENTE CARLOS Y PLA TREVAS * VITOR BORGES DE MELO * VLADIMIR HERZOG * WALMIR ANDRA DE OLIVEIRA * ZILDO

Governo Federal
Ministério da Justiça
Comissão de Anistia

Presidente da República
Dilma Rousseff

Ministro da Justiça
José Eduardo Cardozo

Secretário-Executivo
Marivaldo de Castro Pereira

Presidente da Comissão de Anistia
Paulo Abrão

Vice-presidentes da Comissão de Anistia
José Carlos Moreira da Silva Filho
Sueli Aparecida Bellato

Diretora da Comissão de Anistia
Amarilis Busch Tavares

Chefe do Gabinete
Carissa Nacif Fonseca

Coordenadora Geral do Memorial da Anistia Política do Brasil
Rosane Cavalheiro Cruz

Coordenadora do Centro de Documentação e Pesquisa
Elisabete Ferrarezi

Coordenadora de Projetos e Políticas de Reparação
e Memória Histórica
Renata Barreto Preturlan

Coordenador de Articulação Social, Ações Educativas e Museologia
Bruno Sealco Franke

Coordenador Geral de Gestão Processual
Muller Luiz Borges

Coordenadora de Controle Processual, Julgamento e Finalização
Natália Costa

Coordenação de Pré-Análise
Rodrigo Lentz

Coordenadora de Análise e Informação Processual
Joicy Honorato De Souza

As fotos que registram as atividades públicas promovidas pela Comissão de Anistia, no segundo semestre de 2013, são de propriedade do Ministério da Justiça. Demais fotos usadas, com autorização, tem sua fonte indicada nas legendas individuais.

Os textos recebidos em língua estrangeira foram traduzidos pelo Ministério da Justiça sob a responsabilidade técnica dos editores designados indicados nas notas de rodapé. A Revista agradece aos colaboradores desta edição produzida:

Alexandro Mourão, Ana Luisa Amaral, Bianca Dias de Oliveira, Dario de Negreiros, Elisabete Ferrarezi, Gabriela Costa Carvalho, João Alberto Tomachewski, Lethicia Quinto Cirora, Marcelo Torelly, Mayara Nunes, Paula Andrade, Rosane Cavalheiro Cruz, Vanessa Zanella, Vinicius Lins Maia.

Esta é uma publicação científica que objetiva a difusão de ideias plurais. As opiniões e dados nela incluídos são de responsabilidade de seus autores, e não do Ministério da Justiça ou do Governo Federal, exceto quando expresso o contrário.

REVISTA ANISTIA POLÍTICA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Presidente do Conselho
Paulo Abrão

Coordenador Acadêmico
Marcelo Torelly

Coordenadora-Executiva
Elisabete Ferrarezi

Estagiárias
Bianca Dias de Oliveira
Lethicia Quinto Cirora

Organização do Dossiê:
Deisy de Freitas Lima Ventura
Kathia Martin-Chenut

Conselho Editorial

Antônio Emanuel Hespanha (Universidade Nova de Lisboa-Portugal), Boa Ventura de Souza Santos (Universidade de Coimbra - Portugal), Bruna Poyrot (Consulado Geral- Itália), Carlos Cárcova (Universidade de Buenos Aires - Argentina), Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto (Universidade de Brasília), Dani Rudnick (Universidade Ritter dos Reis), Daniel Araújo Reis Filho (Universidade Federal Fluminense), Deisy Freitas de Lima Ventura (Universidade de São Paulo) Eduardo Carlos Bianca Bittar (Universidade de São Paulo), Edson Cláudio Pistori (Memorial da Anistia Política no Brasil), Enéa de Stutz e Almeida (Universidade de Brasília) Flávia Carlet (Projeto Educativo Comissão de Anistia) Flávia Provesan (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Jaime Antunes da Silva (Arquivo Nacional), Jessie Jane Vieira de Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Joaquin Herrera Flores (in memoriam), José Reinaldo de Lima Lopes (Universidade de São Paulo) José Ribas Vieira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marcelo Dalmás Torelly (Coordenador Acadêmico), Maria Aparecida Aquino (Universidade de São Paulo), Paulo Abrão Pires Junior (Editor), Phill Clark (Universidade de Oxford - Inglaterra), Ramon Alberch Fugueras (Arquivo Geral da Cataluña - Espanha), Rodrigo Gonçalves dos Santos (Comissão de Anistia), Sandro Alex Simões (Centro Universitário do Estado do Pará), Sean O'Brien (Universidade de Notre Dame - Estados Unidos) Sueli Aparecida Bellato (Comissão de Anistia).

Conselho Técnico

Aline Sueli de Salles Santos, Ana Maria Guedes, Ana Maria Lima de Oliveira, André Amud Botelho, Carolina de Campos Molo, Cristiano Paixão, Daniela Frantz, Egmar José de Oliveira, José Carlos M. Silva Filho, Juvelino José Strozake, Kelson Maragali Modol Ferreira, Luciana Silva Garcia, Mircia Elaine Barbich de Moraes, Márcio Gontijo, Marina Silva Steinbruch, Mário Miranda de Albuquerque, Muller Luiz Borges, Narciso Fernandes Barbosa, Nilmarino Miranda, Paulo Abrão, Prudente José Silveira Mello, Rita Maria de Miranda Sipahi, Roberta Carneiro Baggio, Roberta Vieira Alvarenga, Rodrigo Gonçalves dos Santos, Vanderlei de Oliveira, Virgínius José Lianza de Franca, Vanda Davi Fernandes de Oliveira.

Capa inspirada no trabalho original de AoM'Hardy'Voltz.

A Revista Anistia no 10 é alusiva ao segundo semestre de 2013, tendo sido editada durante o segundo semestre de 2014.

Atuaram como revisoras nesta edição: Alexandre Mourão, Ana Luisa Amaral, Bianca Dias de Oliveira, Dario de Negreiros, Elisabete Ferrarezi, Gabriela Costa Carvalho, Marcelo Torelly, Rosane Cavalheiro Cruz e Vinicius Lins Maia.

Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça. – N. 10 (jul. / dez. 2013). Brasília – Ministério da Justiça, 2014.

Semestral.
Primeira edição: jan./jun. 2009.

ISSN 2175-6329

1. Anistia, Brasil. 2. Justiça de Transição, Brasil. I. Brasil. Ministério da Justiça (M.J.).

CDD 341.5462



50 ANOS DEPOIS:

A CONSPIRAÇÃO 'BROTHER SAM' E O DIA QUE DUROU 21 ANOS

RESENHA DO FILME *O DIA QUE DUROU 21 ANOS*,
DIRETOR: CAMILO TAVARES, DOCUMENTÁRIO,
BRASIL, 2012, COR/P&B, DIGITAL, 77'

Rodrigo Medina Zagni

Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo

João Pedro Fontes Zagni

Estudante de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

"... A violência era vista como um 'mal necessário' para manter o sistema econômico com base no capital privado dos EUA aqui no Brasil."

Camilo Tavares

"I'd get right on top of it and stick my neck out a little."

Lyndon Johnson

"O programa de ação norte-americano parece estruturado para beneficiar os Estados Unidos – política, econômica e militarmente – mas, ao que tudo indica, sem maior consideração pelo impacto de seus empreendimentos sobre a integridade das instituições de outros povos. Segundo este critério, os direitos reivindicados pela Declaração da Independência soam cada vez mais como princípios que se aplicam somente aos Estados Unidos e seus cidadãos, frequentemente à custa do sacrifício desses mesmos direitos em outras nações."

Phyllis Parker

No marco do cinquentenário do golpe civil-militar desfechado em 1º de abril de 1964, um dos períodos mais violentos da história do Brasil vem à tona por meio de manifestações, produções artísticas, bibliográficas e de um novíssimo vigor da produção fílmica brasileira – em forma de drama e documentário – movida pelos temas que permeiam este complexo processo histórico que compreende a suspensão da democracia brasileira de 1964 a 1985 com a implementação e vigência da ditadura civil-militar de segurança nacional.

Nunca antes o cinema brasileiro foi tão recorrentemente usado como instrumento de reflexão crítica em mostras e ciclos de cinema que, via de regra, incorporaram debates e seminários, estreitando ainda mais as distâncias entre o formato audiovisual e o público, arrancado de sua tradicional condição de passividade. Centros de memória, espaços museais, universidades, escolas, instituições governamentais, não governamentais e associações de bairro tornaram-se espaços para reflexão não acerca de um passado remoto, mas sobre avanços, retrocessos, rasuras e permanências advindas deste período.

Permanências históricas que se desvelam incrustadas nas mentalidades, na cultura, nas instituições e práticas políticas brasileiras e que nos permitem pensar o passado a fim de compreender nossa condição no presente em que segue inconclusa a luta pelo direito à memória, à verdade e à justiça, a reivindicação pela abertura dos arquivos da ditadura militar, a busca pelos desaparecidos, os traumas no corpo e na alma daqueles que sobreviveram, as perdas irreparáveis dos que tombaram, a violência policial, a vigência ainda hoje de práticas de tortura levadas a cabo por agentes do Estado, a reinvenção dos esquadrões da morte, a criminalização de movimentos sociais dentre tantos outros malefícios petrificados em forma de tradição.

Produções fílmicas de 1970 a 2010 voltaram a ser exibidas neste marco, pondo à prova e atualizando o seu poder explicativo, enquanto novíssimas produções ganharam as telas de cinema com o propósito de revisitar o ano de 1964, meio século depois, passando em revista temas fulcrais como os antecedentes do golpe, os movimentos de luta armada (das ligas camponesas à guerrilha urbana), a luta do movimento operário, do movimento estudantil, a oposição crítica de artistas e intelectuais, a montagem e atuação do aparelho de censura e a reação da imprensa, as práticas de tortura, a atuação dos esquadrões da morte, o exílio e a saudade de casa e, por fim, as práticas de controle e cooperação que tomaram a forma das operações *Brother Sam* e *Condor*, que por sua vez inscreveram a ditadura militar brasileira no complexo jogo da política externa dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e na vigência de estratégias de contenção ao avanço de seus “inimigos ideológicos”.

Deste esforço destacamos a obra de Camilo Tavares, diretor do documentário brasileiro *O dia que durou 21 anos*, produzido pela Pequi Filmes, lançado em 2012, e que fez uso de documentos



CAMPANHA DA DITADURA NO AUGE DO MILAGRE. CÓPIA DE UM LEMA AMERICANO.

inéditos, alguns recém-liberados e muitos "espalhados" em fundos de arquivo nos EUA, colhidos ao longo de quase cinco anos de pesquisa e que implicam diretamente o governo norte-americano e seu aparato de inteligência na operação que levou à desestabilização e deposição do presidente, democraticamente eleito, João Goulart, incluindo o envio de uma força-tarefa naval ao Brasil que dispunha, segundo indicam documentos revelados, de capacidade nuclear¹, sob prerrogativas duvidosas como a de resgatar cidadãos norte-americanos e intimidar forças pró-Goulart.

Nascido em 1971, na Cidade do México, o diretor buscou no filme compreender parte da sua própria trajetória que se confunde com os destinos políticos do país de onde seu pai, o jornalista brasileiro Flávio Tavares, foi exilado, junto de 14 companheiros de militância, após ser libertado em troca do embaixador dos EUA – Charles Burke Elbrick – sequestrado numa ação conjunta entre a Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8). Vinte e sete meses depois de ter chegado ao México, nasceu o menino cujo nome fora dado em homenagem ao guerrilheiro e padre católico colombiano Camilo Torres (morto em 1966). Camilo Tavares, que já nascera exilado, criado até os oito anos de idade na Argentina, veio ao Brasil somente em 1979, quando fora permitido ao seu pai regressar com lei de anistia.

¹ GREEN, James N.; JONES, Abigail; Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964"; *Revista Brasileira de História*, vol. 29, no. 57, São Paulo, Junho, 2009, p. 70.

No entanto, o jovem seguiria “meio nômade”², passando pelos EUA e Inglaterra até que se fixasse primeiro no Rio de Janeiro e, depois, em São Paulo, onde mantém uma produtora de filmes.

O projeto que deu origem ao filme teve início não apenas na vontade de Camilo Tavares de compreender por que nascera no México e durante tanto tempo seu pai fora impedido de retornar ao Brasil; mas de recuperar a trajetória de vida e de militância de seu pai, jornalista que ao tempo do golpe militar fazia a cobertura política, a partir do Congresso Nacional, para o jornal “Última Hora”. Inicialmente, o filme seria produzido a partir de suas crônicas e livros de memória; mas, ao deparar-se com a natureza dos documentos obtidos nos EUA sobre o processo de deposição do presidente João Goulart – sobretudo papéis governamentais e gravações de áudio da Casa Branca –, a natureza do projeto mudou gravemente.

“A base documental de que se valem Camilo Tavares e Flávio Tavares consistiu em telegramas entre os escritórios da Central Intelligence Agency (CIA), a embaixada dos EUA no Rio de Janeiro e a Casa Branca”

O filme estreou no circuito nacional no dia 29 de março de 2013 em nove capitais brasileiras, contando também com uma versão para televisão levada ao ar pela TV Cultura em três episódios de 26 minutos cada. Já em setembro de 2013, o filme era exibido em dezoito capitais, feito notável no Brasil para o gênero de filme documental.

É vencedor do prêmio francês *St. Tropez International Film Festival*, na categoria “melhor filme estrangeiro”; do *22º Arizona International Film Festival*, nos EUA, onde recebeu “Prêmio Especial do Júri”; do *29º Long Island Film Festival*, também nos EUA e na mesma categoria; e, por fim, vencedor do prêmio de “Melhor Documentário Brasileiro” de 2013 da Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA).

Trata-se de uma produção elaborada “a seis mãos”: Camilo Tavares, a quem coube a direção e parte significativa da produção e pesquisa histórica; Flávio Tavares, que assinou também a produção, e Karla Ladeia, esposa de Camilo, incumbida da produção executiva do filme.

Durante quase cinco anos de trabalho, o filme consumiu em torno de R\$ 1.800.000,00, dos quais apenas um terço contou com patrocínio, sendo o montante restante angariado por meio de empréstimos e de aportes pessoais.

O filme estreou no circuito nacional no dia 29

² Como ele mesmo se caracteriza na entrevista concedida a Marcelo Perrone, do periódico “Zero Hora”, in: “Camilo Tavares, diretor de ‘O dia que durou 21 anos’, fala sobre o documentário”, *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 mar. 2013, segundo caderno.

Tendo como tema a articulação conspiratória entre a Casa Branca, os serviços de inteligência norte-americanos e os grupos militares que em 1964 ultimaram o golpe no Brasil, o filme conta com um riquíssimo material visual e uma densa trilha sonora que, aliados, conduzem o espectador a um percurso argumentativo fundamentado numa consistente base investigativa, podendo-se referi-lo como vanguarda de um *thriller* documental.

Os argumentos narrativos são compostos pelos documentos de áudio e papéis transcritos que constituem o próprio roteiro do filme, entrecortados por depoimentos e testemunhos, além de análises como as do historiador Carlos Fico, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e da jornalista Denise Assis.

A base documental de que se valem Camilo Tavares e Flávio Tavares consistiu em telegramas entre os escritórios da Central Intelligence Agency (CIA), a embaixada dos EUA no Rio de Janeiro e a Casa Branca; documentos classificados como top secret da Casa Branca, da CIA e do grupo militar Joint Chiefs of Staff; além de gravações de áudio originais tomadas de dentro dos gabinetes presidenciais de John Kennedy e Lyndon Johnson.

Em parte, este *corpus* documental já estava franqueado ao público desde a década de 1970, nos EUA. Parte dos documentos a que se refere o filme foi coletada pelo jornalista Marcos Sá Corrêa, cuja análise deu origem ao livro “1964 visto e comentado pela Casa Branca”³, publicado em 1977; mas também trabalharam com estes documentos a historiadora Phyllis Parker, na obra “1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março”⁴, também publicada em 1977; antes de ambos, o historiador Thomas Skidmore, na obra “Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco”⁵, de 1975; e, por fim, o próprio Lincoln Gordon – embaixador norte-americano no Brasil em 1964 –, que em 2001 publicou o controverso “A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo”⁶.

Quanto às gravações sonoras, elas foram obtidas a partir de distintos fundos de arquivo: a *Lyndon Baines Johnson Presidential Library*, onde os documentos foram liberados para acesso ao público em 1999, e *The National Security Archive*, uma organização não governamental que dispõe, além de gravações de áudio, de papéis governamentais, desde 2004 e 2005, quando este acervo foi desclassificado invocando-se a lei de acesso à informação.

3 CORRÊA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

4 PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

5 SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

6 GORDON, L. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. São Paulo: SENAC, 2002. Acerca das inúmeras controvérsias inscritas na leitura que Lincoln Gordon empreendeu sobre o golpe de 1964, Cf.: GREEN, James N.; JONES, Abigail; “Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964”; *Revista Brasileira de História*, vol. 29 no. 57, São Paulo, Junho, 2009.

Durante quase cinco anos de pesquisa, concomitantes à produção do filme, Camilo Tavares recorreu ainda a bibliotecas que guardam documentos dos presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson, além do acervo de emissoras de televisão nos EUA em busca de programas que teriam ido ao ar entre os anos de 1962 e 1963 e que serviram de instrumento político, dentro dos EUA, para a associação entre o governo de João Goulart e uma iminente “ameaça comunista” a todo o Brasil e, por extensão, ao continente.

A criação de um “fantasma do comunismo” que espreitaria a América contou com um poderosíssimo aliado dentro dos EUA, a rede de televisão *Columbia Broadcasting System* (CBS), que se articulou a setores da mídia brasileira para a difusão do entendimento de que as reformas de base de João Goulart tinham como finalidade pôr fim à propriedade privada e a instauração de uma ditadura comunista.

O recorte cronológico do filme se estende de agosto de 1961, com a crise que levou à renúncia do presidente Jânio Quadros, pressionado por ministros militares, até o ano de 1969 com a ação, por parte da guerrilha urbana, do sequestro do embaixador dos EUA no Brasil e que resultou na libertação de 15 presos, dentre os quais, Flávio Tavares.

A vasta documentação utilizada por Camilo Tavares, que contou com a assistência ainda dos historiadores Carlos Fico e Peter Kornbluh – este, coordenador do *National Security Archives*, nos EUA –, demonstram que ao passo do objetivo claro de demover João Goulart da Presidência não se esperava, por parte do governo americano, que os militares seguissem por tanto tempo no poder. A expectativa clara era a de realizar, seguido ao golpe, eleições presidenciais nas quais candidatos alinhados ideologicamente à hegemonia norte-americana, no contexto da Guerra Fria, concorressem à Presidência.

Apesar disso, os telegramas trocados entre a Casa Branca e a Embaixada dos EUA no Brasil revelam que os rumos do golpe agradaram tanto ao embaixador Lincoln Gordon quanto ao presidente Lyndon Johnson que, nos anos que se seguiram a 1964, fizeram imperar a política do *golden silence*, cujo suporte ao regime não se limitou ao apoio político – responsável pelo reconhecimento imediato do novo governo –; mas ao apoio econômico ao regime militar brasileiro.

Desta base documental destaca-se o protagonismo do embaixador Lincoln Gordon, peça-chave na conspiração iniciada desde 1961, quando instalou seu escritório no Rio de Janeiro já com o objetivo de fomentar o golpe que manteria os interesses econômicos estadunidenses intactos, sob o pretexto de interromper o processo de “esquerdização do Brasil”.



O golpe que mais amplamente podemos caracterizar como corporativo-civil-militar, cujo início se deu numa etapa parlamentar, teve, portanto, como arquiteto e estrategista civil o embaixador dos EUA no Brasil, respondendo diretamente às ordens que vinham da Casa Branca.

Figura controversa na história política brasileira, Gordon passou, ao longo do tempo, a alterar suas justificativas e linhas de defesa à atuação dos EUA no fomento ao golpe e ao regime ditatorial brasileiro e mesmo com relação ao seu intenso protagonismo em ambos os processos, conforme iam perdendo credibilidade – o que evidencia a vontade de manter um legado histórico atrelado a seu nome. Até 1975, negava, por exemplo, a existência da Operação *Brother Sam* – até que documentos viessem a público fazendo prova da conspiração.

O que fica evidente ao analisarmos suas posturas como articulador americano em solo brasileiro seriam suas interpretações exacerbadamente maniqueístas: se as políticas não estivessem alinhadas aos interesses norte-americanos, estariam, portanto, alinhadas aos interesses soviéticos. Gordon por muito tempo diagnosticou o Brasil, a mais alta cúpula do governo norte-americano, com notável irresponsabilidade política e elucubrações que beiravam a paranoia, baseando-se assumidamente em rumores e especulações acerca das políticas propostas por João Goulart⁷. Essa paranoia norte-americana acerca dos rumos político do governo de Jango advinha do fato de que, no contexto da Guerra Fria, o alinhamento brasileiro ao “bloco ocidental” repercutiria no equilíbrio de poder sul-americano favoravelmente aos interesses norte-americanos⁸, assim, o Brasil era visto como aliado estratégico na região, uma vez sendo também o polo hegemônico regional⁹.

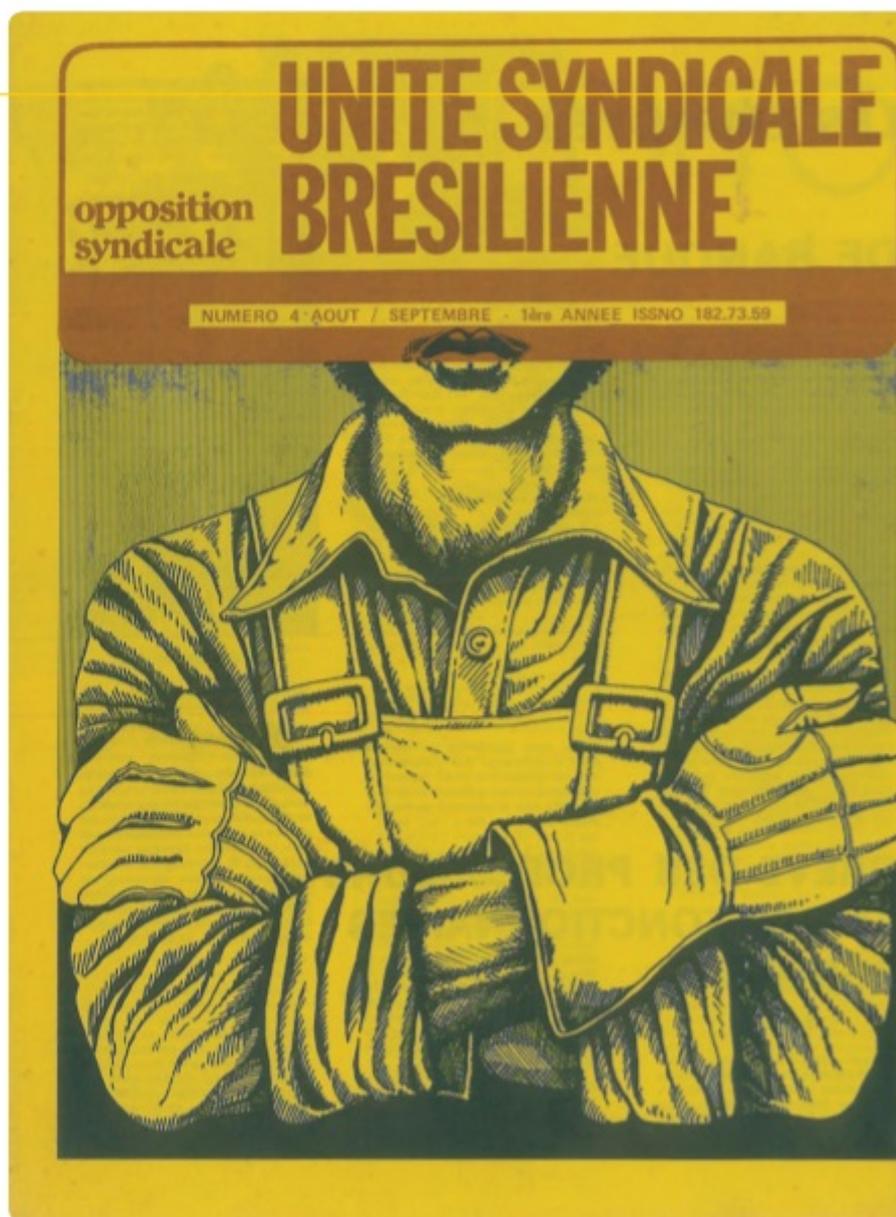
A riqueza dos papéis governamentais, correspondências e gravações de áudio que davam conta da extensão do poder e do intenso articulismo de Lincoln Gordon, Camilo Tavares alia depoimentos de Bob Bentley – tomados no consulado dos EUA –, braço-direito do embaixador Gordon e que acompanhou o processo golpista de dentro do Congresso Nacional, onde se encarregara, dentre outras funções, de organizar o *lobby* pró-golpista entre a classe parlamentar.

Os depoimentos revelam a existência de um esquema de financiamento de deputados e de senadores no Congresso, além do regular aporte de dinheiro para o financiamento de suas campanhas, desde que se mostrassem aliados aos interesses dos EUA, apresentados como interesses da própria democracia. O dinheiro norte-americano não se destinava apenas à classe política, mas a uma ampla rede que viabilizou o golpe, o que incluiu os movimentos religiosos

7 GREEN, James N.; JONES, Abigail; op. cit., p. 80.

8 SILVA GONÇALVES, Williams da; MIYAMOTO, Shiguenoli; Os militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984; *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 12, 1993, p. 214.

9 O documentário identifica o temor norte-americano de que, se o Brasil se alinhasse ao bloco soviético, haveria uma nova China em território americano.



BOLETIM DA OPÇÃO SINDICAL NO DEBATE PRODUZIDO PELO GADS

FONTE: ARQUIVO INTERCÂMBIO, INFORMAÇÕES, ESTUDOS E PESQUISAS (IEEP). DOAÇÃO CLÁUDIO NASCIMENTO

que organizaram a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade,” além de setores golpistas da imprensa brasileira, tanto na mídia impressa quanto radiofônica e televisiva, cuja missão era a de associar diretamente o governo de Jango à ameaça de “golpe comunista” ligada à expansão do comunismo internacional.

A magnitude da ação que culminou no golpe prescindiu de grandes quantias em dinheiro que eram negociadas pelo embaixador Gordon diretamente com Kennedy, como na passagem em

que Gordon solicitava US\$ 12.000.000,00, sendo-lhe respondido pelo presidente que se trataria de muito dinheiro, ao que contra-argumentou o embaixador: “não podemos perder o Brasil...”

O golpe de 1964 teve início, em discussões na Casa Branca, já em 1962, portanto ainda na gestão de John F. Kennedy – mártir que simboliza nos EUA, curiosamente, a defesa da liberdade e da democracia –, sendo os primeiros arquivos de áudio que tratam da conspiração, em conversas entre Kennedy e o embaixador Gordon, datados de abril de 1962; passando a ser gestado por Lyndon Johnson desde novembro de 1963, quando teve início seu mandato presidencial.

Dentre as correspondências que datam ainda deste período inicial de preparação do golpe, destacam-se os telegramas e ofícios do adido militar Vernon Walters, o elo de conexão entre Amaury Kruel e o grupo liderado por Castelo Branco. Kruel fora ministro de Guerra do governo João Goulart de 14 de setembro de 1962 a 15 de junho de 1963 e, durante o golpe, mobilizou as tropas do II Exército, sediado em São Paulo, contra o governo de Jango; enquanto Castelo Branco, de acordo com as gravações que implicam diretamente o embaixador Gordon, já era o homem escolhido por Washington para ocupar o lugar de Jango após uma aparente transição institucional que mascararia o golpe.

Em telegrama datado de 27 de março de 1964, o embaixador Lincoln Gordon afirmava a necessidade de apoiar as forças conspiratórias que se levantavam para o golpe, com envio de armamentos e combustíveis não apenas para o suporte de uma ação imediata; mas para a possibilidade de o golpe converter-se em guerra civil e, se isso ocorresse, haveria uma guerra de demorada resolução¹⁰.

No dia 29 de março, a operação volta a ser nominada em novo telegrama de Lincoln Gordon à Casa Branca, relatando a situação instável produzida no dia 13 de março pelo “Comício da Central do Brasil” e pelo encontro que acabara de ocorrer entre o presidente e militares de baixa patente¹¹.

Na véspera do golpe, a CIA informou, a partir do Brasil que, segundo relatórios de inteligência provenientes de Belo Horizonte, “a *revolution by anti-Goulart forces will definitely get under way this week, probably in the next few days*”. Seu parecer era o de que haveria, inevitavelmente, uma guerra civil na medida em que o golpe “*will not be resolved quickly and will be bloody*”¹².

10 State Department, *Top Secret Cable from Rio De Janeiro, March 27, 1964*, disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>.

11 State Department, *Top Secret Cable from Amb. Lincoln Gordon, March 29, 1964*, disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>.

12 CIA, *Intelligence Information Cable on “Plans of Revolutionary Plotters in Minas Gerais,” March 30, 1964*, disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>.

Dentre os documentos mais relevantes publicados no site do *National Security Archives* em 31 de março de 2004 – por oportunidade do 40º aniversário do golpe de 1964 –, está a gravação em áudio, com cinco minutos e oito segundos de duração, em que o presidente Lyndon Johnson dá a George Ball, vice-secretário de Estado, *green light* para o apoio ao golpe que deveria depor João Goulart, com quem o governo dos EUA não poderia contar e que, por isso, deveria ser “pego pela cabeça”, exatamente no dia 31 de março de 1964¹³.

No mesmo dia, o Departamento de Estado, por meio de seu secretário Dean Rusk, dirigiu-se, via telegrama, ao embaixador Lincoln Gordon dando-lhe conhecimento das decisões da Casa Branca acerca da Operação *Brother Sam*: “*taken in order [to] be in a position to render assistance at appropriate time to anti-Goulart forces if it is decided this should be done*”. Na lista estavam incluídos petróleo, óleo e lubrificantes que seriam transportados de Aruba a Santos, 110 toneladas de munição, uma brigada naval com destróieres e navios de guerra que deveriam ancorar no litoral do Rio de Janeiro¹⁴.

Segundo Gordon, a operação naval teria como finalidade “mostrar a bandeira americana” para exercer pressão psicológica em favor das forças anti-Goulart, bem como para evacuar cidadãos norte-americanos do país. De maneira conflitante com essa linha argumentativa, não há registros de que essa preocupação em evacuar civis tenha sido mencionada em 1964¹⁵, além de tratar-se de argumento incoerente – conforme demonstram James Green e Abigail Jones –, visto que dado o número de navios, bem como sua natureza e materiais embarcados, não seriam nada eficientes para a realização de tal operação, considerando-se, sobretudo, a extensão territorial brasileira¹⁶.

Com o presidente João Goulart em território nacional, Auro de Moura Andrade, presidente da Câmara dos Deputados, declarou vaga a Presidência da República dando início ao golpe, atribuindo-lhe uma natureza institucional que ensejava tratar-se de uma transição operada dentro da legalidade democrática, já com vistas a oficializar, no dia 9 de abril, a escolha previamente feita pela Casa Branca, sendo eleito indiretamente Castelo Branco, já empossado no dia 15 do mesmo mês.

O exílio no Uruguai foi o preço pago por Jango para que sua deposição não resultasse no derramamento de sangue que se esperava. Enquanto na madrugada do dia 31 as tropas lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho se deslocavam de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, a Marinha

13 *White House Audio Tape, President Lyndon B. Johnson discuss the impending coup in Brazil with Undersecretary of State George Ball, March 31, 1964*, disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>. Na gravação é possível identificar claramente as instruções dadas a George Ball por Lincoln Johnson: “I think we ought to take every step that we can, be prepared to do everything that we need to do”, e, referindo-se a Goulart: “we just can’t take this one (...) I’d get right on top of it and stick my neck out a little”.

14 *State Department, Secret Cable to Amb. Lincoln Gordon in Rio, March 31, 1964*, disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>.

15 GREEN, James N.; JONES, Abigail; op. cit. p. 82.

16 *Ibid.*

dos EUA, à frente da Operação *Brother Sam*, preparava-se para agir em prol dos militares tanto em caso de resistência armada, quanto de uma guerra civil, disponibilizando um porta-aviões, um encouraçado, um navio de transporte de tropas, um navio de transporte de helicópteros (com 50 unidades embarcadas), 25 aviões para transporte de armas, uma esquadrilha completa de aviação de caça e 100 toneladas de armas leves e munições.

No que se refere a uma ontologia que se depreenda tanto da estrutura formal quanto da forma de tratamento de seu *corpus* documental, ainda que não se possa diretamente relacionar o trabalho de Camilo Tavares a um determinado aporte teórico-conceitual, o rumo que toma sua investigação nos permite tecer algumas considerações a esse respeito. Nesse sentido, Camilo Tavares rompe com um simplismo dominante que correlaciona as estratégias norte-americanas para a América Latina a partir da política de contenção ao avanço do comunismo internacional, pura e simplesmente com o confronto ideológico que teve curso durante a Guerra Fria. Para além do plano das ideias, Camilo Tavares avança em direção aos grupos de interesse econômicos que se valeram do golpe e da manutenção do regime ditatorial de segurança nacional.

Não se trata apenas de elites internacionais, mas do imperialismo que caracterizou a política estadunidense para a América Latina já desde a última metade do séc. XIX com a *gunboat diplomacy* – exatamente a estratégia que se reapresenta no litoral do Rio de Janeiro em 1964 –; e cuja aliança com forças econômicas dominantes no Brasil foi em larga medida mediada pela imprensa, aliança estratégica que incutiu no empresariado brasileiro o pânico de uma iminente revolução comunista em vias de ser promovida pelo governo Jango.

Na sua origem, a conspiração que levou ao golpe de 1964 teve início logo após o governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, apoiado pelo Governo Federal de João Goulart, promover a nacionalização das empresas norte-americanas: *International Telephon and Telegraph* (IT&T), que controlava a Companhia Telefônica Nacional; e a *American Foreign Power Company* (AmForP), subsidiária da IT&T. Ato contínuo, as gravações de áudio revelam um presidente Kennedy contrariado pelas circunstâncias e que passa a lidar com o governo de João Goulart como uma ameaça direta aos interesses econômicos dos EUA.

A partir daí as pressões, por parte de Washington, ganham maior vulto. Das cenas mais impactantes do documentário, está aquela que registra a visita de Jango à base militar dos EUA em Offutt, cujo poder militar estava movido, naquela ocasião, para uma clara demonstração de força com o objetivo de intimidar o estadista brasileiro, já em 1962.

Por este motivo, não apenas o golpe foi patrocinado por esses interesses, mas, sobretudo, mantido; é o que revelam os telegramas que dão a saber do apoio da Câmara de Comércio dos

EUA, em São Paulo, à promulgação do Ato Institucional nº 5, ainda que os relatos de tortura, assassinatos e desaparecimentos já tivessem chegado ao conhecimento da Casa Branca, sobre o que se produziu aquilo que os documentos expressaram como o *golden silence*.

Há um padrão histórico que não se relaciona apenas às estratégias estadunidenses para manutenção da condição hegemônica alcançada no imediato pós-Segunda Guerra Mundial¹⁷; mas que se refere à totalidade dos ciclos hegemônicos do capitalismo histórico¹⁸ e se explica a partir do conceito de hegemonia em Gramsci¹⁹, segundo o qual o poder hegemônico não se limita apenas à dominação engendrada a partir da política e da economia, promontórios da força e da coerção; mas de um poder ampliado pela liderança intelectual e moral, por sua vez, calcada na convicção dos pares subordinados de que o interesse do ator hegemônico consiste de fato em interesse coletivo. Tal alegação, para Gramsci, é sempre mais ou menos falsa, e na retórica estadunidense seus problemas de segurança recorrentemente assumiram – e seguem assumindo – a forma de questões regionais. Dessa maneira, seus interesses econômicos foram cuidadosamente manifestos a partir do falacioso imperativo hemisférico da defesa do continente contra o avanço do comunismo, cujo perigo era iminente logo a partir de 1959, com a Revolução Cubana que, diga-se de passagem, frustrou poderosos interesses econômicos que secularmente exploraram a ilha, sobretudo os interesses da máfia Italo-americana que começavam a controlar os cassinos e atividades como, por exemplo, a prostituição.

Em termos axiológicos, salta aos olhos um argumento que não se inclina a mascarar posturas ou a esconder-se sobre o falso manto da neutralidade. Longe de ser neutro, dado que a conexão entre a visão de mundo de Camilo Tavares, expressa no filme, é relacionada explicitamente à trajetória de seu pai, como jornalista, militante e como exilado político. Ainda assim, em momento algum o argumento se converte em discurso revanchista, sendo um de seus grandes méritos o de escapar à comum dicotomia maniqueísta entre um bem civil e um mal militar, dando voz inclusive aos militares que compuseram ou apoiaram o grupo de Castelo Branco durante a conspiração e o golpe, muitos que inclusive conheciam Flávio Tavares, ou como jornalista, ou como preso político (é o caso de Jarbas Passarinho, que assinou sua extradição).

Voltando mais uma vez nossas atenções à controversa figura de Lincoln Gordon e suas opiniões enviesadas, salta aos olhos o poder de influência que o embaixador teve durante duas

17 Cf.: ZAGNI, Rodrigo Medina. "Integração e identidades em Conflito: As Políticas Culturais dos Estados Unidos para a América Latina durante a Segunda Guerra Mundial e a montagem do Moderno Sistema Pan-Americano (os casos de Brasil, México e Argentina)"; tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – Programa Interunidades da Universidade de São Paulo – PROLAM/USP – Linha de pesquisa em Práticas Políticas e Relações Internacionais; orientada pelo prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola; São Paulo/ SP, abril de 2011.

18 Cf.: ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto*; São Paulo: UNESP, 1996, *passim* e ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2005, *passim*.

19 Cf.: GRAMSCI, Antonio. *O "Risorgimento": Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 70.



1.04.7



Nextas duas fotos vê-se ROSELI SANTOS
em conversa com RENY FRANCO DA SILVA,
então coordenador da F. Serviço de Inspec-
ção e membro da CUP (Comissão Nacional
de Metalurgia e Minas Sul)
Data: 11/9/66

RENY FRANCO E ROSELI DANIAS VIGIADOS PELA VILLARES.

FOTO: ACERVO PESSOAL RENY FRANCO

administrações presidenciais nos EUA, à revelia de muitos dos assessores tanto de Kennedy quanto de Johnson. Mas também os prognósticos feitos pela *Bureau of Intelligence and Research* (INR) eram gravissimamente distintos das suposições de Gordon acerca do futuro político brasileiro. Para a instituição, Goulart não planejava estabelecer um regime autoritário no país, apontando também a evidência de um crescimento notável da consciência democrática brasileira²⁰.

A ingerência norte-americana na América do Sul não se limitou ao Brasil, estendendo-se a toda América Latina na promoção da supressão de suas democracias, contraditoriamente como estratégia de promoção da própria democracia, de acordo com a discursiva política produzida neste processo. A posse de Castelo Branco representou não apenas uma reaproximação da política externa brasileira com os EUA²¹ – ratificada por intermináveis declarações de fidelidade e alinhamento ao bloco ocidental –, mas também um avanço do espírito autocrático e da ameaça de suspensão da democracia em outros países, dada a influência que militares brasileiros passam a gozar em subsequentes operações que levaram à desestabilização de regimes de outros países, como visto no Chile e no Uruguai²².

Em tempos de bipolaridade e com a vigência da política de contenção ao avanço do comunismo internacional, relembra-se a recepção dada pelos serviços de inteligência norte-americanos

20 GREEN, James N.; JONES, Abigail; op. cit. p. 75.

21 SILVA GONÇALVES, Williams da; MIYAMOTO, Shiguenoli; op. cit. p. 216.

22 PENNA FILHO, Pio; "O Itamaraty nos anos de chumbo: O centro de informações do Exterior (CIE) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)"; *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 52, n. 2, 2009, pp. 43-62.

a Klaus Barbie e Werner Von Braun, não obstante os crimes que praticaram a serviço do nazifascismo, em razão da vasta experiência que tinham em perseguir “agentes do comunismo”. As ações intervencionistas norte-americanas incentivadas ou realizadas diretamente pela CIA representaram uma realidade recorrente na história latino-americana no século XX, seja desestabilizando governos de ideologias manifestamente reticentes, seja ministrando cursos práticos de tortura e interrogatórios aos agentes de Estados latino-americanos²³.

A participação norte-americana no golpe civil-militar de 1964 foi um dos muitos momentos em que as estratégias do imperialismo foram movidas à deformação da experiência democrática no subcontinente. O ciclo sistêmico de ditaduras militares que se assentaram no Cone Sul, mais tarde, culminou em um vasto plano de repressão continental – que ganhou o nome de “Operação Condor”²⁴, catapultando o fenômeno do terrorismo de Estado a uma dimensão quase hemisférica.

Trata-se de um processo histórico que não está alocado num passado remoto; mas que se desdobra diretamente sobre o tempo presente. As reformas de base pretendidas por João Goulart, bem como outras de suas pretensões, referem temas extremamente atuais como a consecução da reforma agrária (indicada já por Celso Furtado, desde a gestão de Juscelino Kubitschek, como uma pré-condição para as demais reformas que viabilizariam o progresso econômico), a estruturação de uma educação gratuita, laica e de qualidade para todos os níveis; a nacionalização de setores estratégicos da economia nacional, entre outros, são de fato temas candentes e atuais, bem como atuais são os poderes que se agigantaram naquele período e dos quais resultaram vinte e um anos de obscurecimento daquilo que poderia ter sido um projeto de nação.

FILMOGRAFIA:

O dia que durou 21 anos, dir.: Camilo Tavares, documentário, Brasil, 2012, cor/p&b, digital, 77’.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

²³ FRAGA, Wasen Gerson; MAHLKE, Helisane; “A operação Condor e os Direitos Humanos na América Latina”; *Revista Unisalle*, n. 16, Canoas/RS, 2010, p. 94.

²⁴ Cujos participantes eram Chile, Paraguai, Brasil, Uruguai e Argentina. Tendo iniciativa chilena, representou um verdadeiro conluio entre militares latino-americanos para interconectar serviços de repressão e terror, vinculando-se por meio de acordos bilaterais de cooperação mútua e de criação de uma rede para troca de informações entre ditaduras em escala continental.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2005.

"Camilo Tavares, diretor de "O dia que durou 21 anos", fala sobre o documentário"; *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 mar. 2013, segundo caderno.

CORRÊA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

FRAGA, Wasen Gerson; MAHLKE, Helisane; "A operação Condor e os Direitos Humanos na América Latina"; *Revista Unilsalle*, n. 16, Canoas/RS, 2010.

GORDON, L. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. São Paulo: Senac, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *O "Risorgimento": Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GREEN, James N.; JONES, Abigail; "Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964"; *Revista Brasileira de História*. vol. 29 no. 57, São Paulo, Junho, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Brasília: UnB, 2001.

MOREL, E. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PENNA FILHO, Pio; "O Itamaraty nos anos de chumbo: O centro de informações do Exterior (CIEIX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)"; *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 52, n. 2, 2009.

RONNING, C. N.; VANNUCCI, A. P. *Ambassadors in foreign policy: the influences of individuals on U.S.-Latin American Policy*. New York: Praeger, 1987.

SILVA GONÇALVES, Williams da; MIYAMOTO, Shiguenoli; "Os militares na Política Externa Brasileira: 1964-1984"; *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 12, 1993.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

ZAGNI, Rodrigo Medina; "Integração e identidades em Conflito: As Políticas Culturais dos Estados Unidos para a América Latina durante a Segunda Guerra Mundial e a montagem do Moderno Sistema Pan-Americano (os casos de Brasil, México e Argentina)"; tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – Programa Interunidades da Universidade de São Paulo – PROLAM/USP – Linha de pesquisa em Práticas Políticas e Relações Internacionais; orientada pelo Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola; São Paulo/ SP, abril de 2011.

DOCUMENTOS:

CIA, Intelligence Information Cable on "Plans of Revolutionary Plotters in Minas Gerais," March 30, 1964, disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>.

State Department, Top Secret Cable from Amb. Lincoln Gordon, March 29, 1964, disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>.

State Department, Top Secret Cable from Rio De Janeiro, March 27, 1964. , disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>.

White House Audio Tape, President Lyndon B. Johnson discussin the impending coup in Brazil with Undersecretary of State George Ball, March 31, 1964, disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/index.htm>.

RODRIGO MEDINA ZAGNI

Docente do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, coordenador do Grupo de Pesquisa Conflitos armados, massacres e genocídios na era contemporânea (UNIFESP/CNPq).

JOÃO PEDRO FONTES ZAGNI

Aluno de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e aluno de graduação do curso de Direito da Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas.